

Na exploração da reserva já foram mortos três indígenas

Moraes Rego sofre prisão

O General de Brigada da reserva remunerada Gustavo Moraes Rego, 62 anos, foi preso ontem por determinação do Ministro do Exército, General Walter Pires, por ter dado declarações à imprensa criticando autoridades governamentais, principalmente o executor das medidas de emergência em vigor em Brasília, General Newton Cruz. Essa punição disciplinar — prisão de 5 dias a ser cumprida no Quartel General — saiu publicada no boletim reservado do Exército, ontem. O General Moraes Rego, um forte opositor à extensão da punição disciplinar aos oficiais da reserva, conforme ele próprio já revelou a amigos, está ocupando uma suite no gabinete da Secretaria Geral do Exército. (Página 2).



A etnóloga francesa Simone Dreyfus Camelon reconhece que o preço das indenizações foram baixas.

A etnóloga francesa Simone Dreyfus Camelon, com 30 anos de pesquisas na Pan-Amazônia, e o capitão-geral dos Sateré-Mawé, Raimundo Ferreira da Silva, denunciaram que 220 clareiras foram abertas, plantações e árvores foram derrubadas e animais foram mortos pela companhia estatal francesa Elf Aquitaine na reserva indígena, após cinco meses e meio de permanência na área, em trabalhos de prospecção de petróleo. Segundo o capitão-geral, três índios morreram e outro ficou incapacitado fisicamente, em consequência de explosões de dinamite. O valor dos prejuízos foi de Cr\$ 80 milhões, mas a Elf Aquitaine pagou apenas Cr\$ 13,6. (Página 6 do 2º. Caderno).

A Guívera
08.11.83

CEDI
Povos Indígenas no Brasil

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

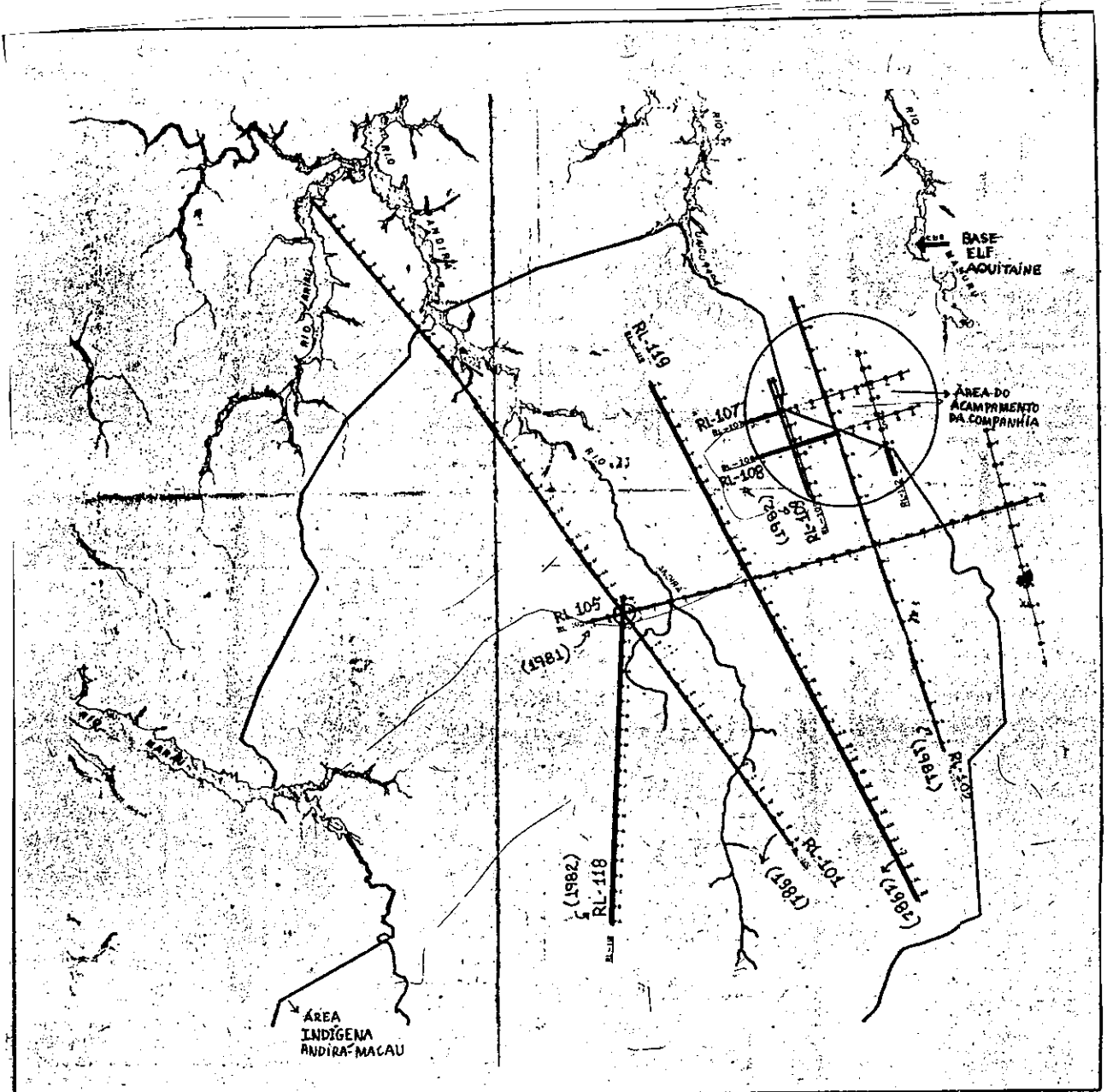
Fonte: A Crítica

Class.: _____

Data: 08/11/83

Pg.: 06

Devastação à francesa na reserva Sateré-Mawé



A companhia destruiu homens, árvores e animais, na abertura de 144Km de picadas.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica

Class.: _____

Data: 08/11/83

Pg.: 06 (Cont.)

Reportagem de:
MONICA TORRES MAIA
Fotos: José Saralva

Duzentas e vinte clareiras foram abertas, plantações e árvores foram derrubadas, animais foram mortos. Este foi o saldo deixado pela companhia estatal francesa Elf Aquitaine na reserva dos índios Sateré-Mawé, após cinco meses e meio de permanência na área, em trabalhos de prospecção de petróleo.

A denúncia é do capitão-geral dos Sateré-Mawé, Raimundo Ferreira da Silva, acrescentando, também, que após a saída da companhia, três índios morreram em consequência de explosões de dinamite deixadas à flor da terra, enquanto outro transformou-se num incapacitado físico.

De janeiro — quando a companhia levantou acampamento — até hoje, a Elf Aquitaine já pagou duas indenizações: uma de Cr\$ 5 milhões, quando os índios reivindicavam Cr\$ 50 milhões, e outra de Cr\$ 8,6 milhões, quando eles reivindicavam Cr\$ 80 milhões. De acordo com a etnóloga francesa Simone Dreyfus Camelon, intermediária nas negociações entre os índios e a companhia e responsável pelo levantamento dos prejuízos, estes valores foram tirados "em cima dos preços mais baixos do mercado".

Mesmo assim, a desproporção é muito grande. Afinal, uma indenização, mesmo justa, não pode reviver a natureza (flora, fauna e humana).

"CABE AO ÓRGÃO FEDERAL DE ASSISTÊNCIA AO ÍNDIO A DEFESA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DOS DIREITOS DOS SILVÍCOLAS E DAS COMUNIDADES INDÍGENAS" (Lei n.º 6.001, de 19.12.73, Artigo 35).

A Elf Aquitaine instalou-se na reserva dos Sateré-Mawé, com autorização da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mas sem nenhuma consulta ao Conselho da reserva, no dia 4 de agosto de 1982. Assentada a base no rio Mamuru (vide mapa), a companhia começou a abrir picadas, arrastando árvores e animais. No dia de sua saída, 15 de janeiro de 1983, as picadas eram quilométricas e os estragos inumeráveis.

O primeiro levantamento, feito antes da companhia sair da reserva — 15 de dezembro de 1982 —, foi realizado pelos próprios índios, duas turmas compostas por 15 homens cada, encabeçados pelo capitão-geral dos Sateré-Mawé, Raimundo Ferreira da Silva e pelos tuchaus-gerais Donato Lopes da Paz e Tibúrcio José de Oliveira Filho.

Acompanhando o mapa, este foi o nível de destruição levantado: na RL 118, 23 clareiras arrastaram 1.200 pés de café, 700 pés de guaraná, 50 pés de laranja, 50 árvores de sorva, 100 árvores de pau-rosa, 60 árvores de copaiba fina, 70 árvores de copaiba grossa, 200 árvores de itaúba, 300 árvores de maçaranduba, 1.500 árvores de breu, 2.500 árvores de balata, 500 árvores de palmeira inajá, 400 pés

de murumuru (tucumã), 1.500 pés de babaçu, 500 pés de bacaba, 2.500 árvores de cipó tica, 2.000 árvores de pau-d'arco, 3.000 pés de caraná.

Na RL 119, 40 clareiras levaram 300 árvores de sorva, 500 árvores de itaúba, 2.500 árvores de breu, 3.000 árvores de abiurana, 300 árvores de castanha, 3.500 árvores de balata, 3.000 árvores de seringueira, 1.000 árvores de cedro, 1.000 árvores de tayari, 3.000 árvores de carapanauba, 2.000 pés de cipó saracura-mirá, 2.000 pés de mirantã, 500 pés de caferana, 300 pés de envirataia, 200 pés de mururé.

Além disso, foram encontradas ossadas de animais mortos vítimas de choques de bombas: 10 ossadas de anta, 15 de porco, 8 de veado, 250 cascos de jabuti e 25 caveiras de tatu. Neste levantamento, só foram consideradas, segundo o relatório dos índios, "as madeiras de lei e as caças mortas nas estradas pelos estouros de bombas de 5 a 15 kg".

Foram detectadas, também, as clareiras abertas nas RL 109, nove clareiras, RL 112, nove clareiras, RL 108, treze clareiras, e RL 107, quatorze clareiras. Entre as tribos existentes na área de penetração da Elf Aquitaine houve consenso a respeito deste levantamento, aprovado pela reunião de chefes de famílias.

"CONSTITUI CRIME CONTRA OS ÍNDIOS E A CULTURA INDÍGENA, ESCARNECER DE CERIMÔNIAS, USOS, COSTUMES OU TRADIÇÕES CULTURAIS INDÍGENAS, VILIPENDIANDO OU PERTURBANDO, DE QUALQUER MODO, A SUA PRÁTICA". (Lei n.º 6.001, Artigo 58).

A reserva dos Sateré-Mawé possui 782.610 hectares e é habitada por 5.840 índios, que fazem parte dos 120.000

existentes hoje na Amazônia Brasileira (Conselho Indigenista Missionário — CIMI —, censo de 1982), e dos quase 1 milhão espalhados pela Pan-Amazônia (levantamento do professor José Ribamar Bessa, baseado em censos feitos nas diferentes Amazônia). Todos, remanescentes dos 6,7 milhões de índios que habitavam a "Pan", na época da chegada dos conquistadores, no século XVI.

Segundo os demógrafos da escola de Berkley, que encontraram esse número de mais de 6 milhões em 1976, a redução habitacional da "Ameríndia" é "a maior catástrofe demográfica da história da humanidade".

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A crítica

Class.: 100

Data: 08/11/83

Pg.: 06 (cont.)

A etnóloga Simone Dreyfus explicou que, desrespeitados e des-aculturados, os índios, para sobreviver nos dias de hoje, são obrigados a sair de suas casas, a largar os seus trabalhos, para ir ao encontro de lampiões de esperança nas intrincadas esferas dos órgãos do poder político-social. Os Sateré-Mawé, por exemplo, iniciaram, há dois anos, projetos agrícolas importantes para o desenvolvimento econômico da comunidade, que ficaram atravancados com a entrada da Elf Aquitaine em seus domínios.

— Se eles recebessem a indenização pedida — ressaltou ela —, isso poderia ajudar na retomada desses planos.

O capitão-geral Raimundo Ferreira da Silva explicou que esses projetos constam do plantio de guaraná, café, cacau, laranja e borracha, da fabricação de farinha e da retirada de pau-rosa — este está "ficando difícil porque está cada vez mais longe", pois não é replantado. A forma como os índios têm acesso ao mercado comercial, também marca pontos contra o desenrolar de seu dia-a-dia.

A comercialização do guaraná foi, contou o capitão-geral dos Sateré-Mawé, "prejudicada pelos processos introduzidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)".

— Eles misturavam pó de madeira ao pó de guaraná. Além disso, tem o problema dos regatões. Eu já vi eles trocarem 1 kg de guaraná por dois vidros de desodorante. Precisa, então, haver uma conscientização.

"As reuniões para conscientização" começaram a ser feitas, segundo ele, em novembro do ano passado. Mas, "é uma briga complicada. É a luta de um mundo pequeno contra os tropeços de um mundo grande e muito forte, e o índio sente fome, sente dor, ele quer ser igual para satisfazer isso. E ele foi jogado, sem querer, nas roldanas de um mundo que não é dele".

"DEVE-SE MANTER O AMBIENTE NECESSÁRIO À VIDA DAS POPULAÇÕES SILVÍCOLAS. SE SUAS ÁREAS ESTIVEREM SENDO UTILIZADAS POR OUTREM, DEVERÁ SER INDENIZADO O PRÓPRIO" (Lei nº 4.771, de 15.09.65, Artigo 3 e Parágrafo 1º).

Após três semanas andando em busca do levantamento dos danos causados pela companhia francesa em suas terras, iniciado em 15 de dezembro do ano anterior, os Sateré-Mawé redigiram um relatório e o enviaram ao presidente da FUNAI, na época o coronel Paulo Nunes Leal. Desse relatório, constam estas palavras finais:

"Sr. Presidente, estamos mandando o número das clareiras que fizemos no ano de 1982. Foram feitas 106 clareiras e, de 1982 a 1983, foram feitas 114 clareiras. Portanto, ao todo, são 220 clareiras. Incluindo madeiras de lei, madeiras medicinais e caças que foram mortas, a tribo Sateré-Mawé está pedindo pelo prejuízo deixado na reserva Cr\$ 80 milhões".

O presidente da FUNAI foi substituído recentemente — pelo economista Otávio Ferreira Lima —, em lugar dos Cr\$ 80 milhões foram pagos apenas Cr\$ 13,6 milhões. E, depois disso, entre o órgão governamental e a companhia estatal francesa o silêncio se fez por completo.

A etnóloga francesa Simone Dreyfus Camelon foi, então, convidada pelos Sateré-Mawé para fazer um levantamento mais detalhado. Durante nove meses ela percorreu a região do rio Andirá — a mais atingida pela Elf Aquitaine — e, há 15 dias, veio para Manaus, em companhia do capitão-geral Raimundo Ferreira da Silva.

Logo que chegou, conversou com o cônsul francês, Pierre Rosenthal que, segundo ela, "permaneceu a maioria do tempo em silêncio". O cônsul viajou para o Rio de Janeiro, onde, coincidentemente, terá um encontro com o diretor-geral da Elf

Aquitaine no Brasil. Simone viajou esta semana para, também, conversar com este último.

— Me sinto comprometida — disse ela —, pois os índios são homens que têm direito a defender sua terra, seu modo de vida, sua produção. Têm direito a falar por si mesmos. Mas esses direitos, quase sempre, não são respeitados.

Apesar de só ter percorrido a região do rio Andirá, ela teve encontros com capitães-gerais de outras tribos, que, conforme informação do capitão-geral dos Sateré-Mawé, foram unânimes em relação ao nível dos estragos.

Entre eles, Manoel Cardoso, capitão-geral dos Mundurucus, tribo próxima ao rio Canumã, Emílio e Evaristo, líderes dos Maraús, próxima ao rio do mesmo nome (vide mapa).

Após a ida ao Rio de Janeiro, Simone acompanhará o capitão-geral Raimundo Ferreira da Silva a Brasília, onde serão feitas novas tentativas junto às autoridades competentes, a fim de que a "reivindicação mais justa" seja paga. Fica a esperança de que os índios tenham "ganho de causa", de que os brasileiros em geral sejam indenizados.

Afinal, uma companhia estatal francesa entrou no país, com autorização de órgão oficial, fez pesquisas e prospecções em solo nacional e saiu de que forma? O que o Brasil lucrou com isso? Será que seria permitido a uma companhia brasileira fazer o mesmo em terras francesas?

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

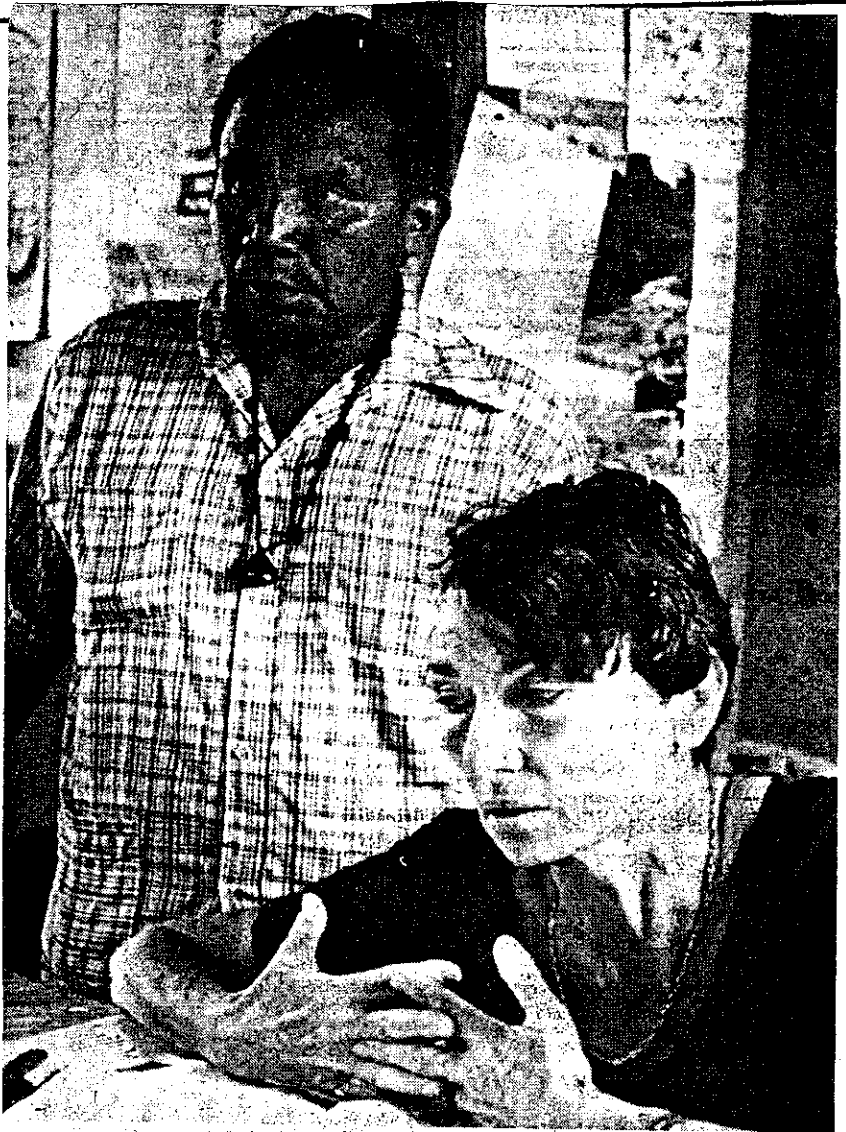
Fonte: O Critico

Class.: _____

Data: 02/11/93

Pg.: 06 (Cont.)

Pela Constituição Brasileira, Artigo 198, fica declarado que: "AS TERRAS HABITADAS PELOS SILVICOLAS SÃO INALIENÁVEIS, NOS TERMOS QUE A LEI FEDERAL DETERMINA, A ELES CABENDO A SUA POSSE PERMANENTE E FICANDO RECONHECIDO O SEU DIREITO AO USUFRUTO EXCLUSIVO DAS RIQUEZAS NATURAIS E DE TODAS AS UTILIDADES NELAS EXISTENTES". E também, "A NULIDADE E A EXTINÇÃO DOS EFEITOS JURÍDICOS DE QUALQUER NATUREZA QUE TENHAM POR OBJETO O DOMÍNIO, A POSSE OU A OCUPAÇÃO DE TERRAS HABITADAS PELOS SILVICOLAS".



A etnóloga francesa e o capitão-geral dos índios, quando denunciavam a destruição.

Cientista francesa faz a denúncia

Simone Dreyfus Camelon tem 55 anos e há 30 estuda as sociedades indígenas da América do Sul. Etnóloga, é considerada, no mundo inteiro, uma das maiores autoridades no assunto. Atualmente, ela é diretora da Sociedade Francesa de Etnologia e professora da Escola Francesa de Ciências Sociais.

Cabelos curtos para enfrentar com facilidade as mudanças de temperatura, curtida de sol pelas andanças constantes, expressão séria e gestos contidos durante toda a entrevista, Simone deixa perceber um intenso brilho no olhar enquanto fala daqueles que defende:

— Minha preocupação fundamental é que eles sejam respeitados em suas várias relações com o meio ambiente

ecológicas, econômicas, culturais...

Levando na bagagem estudos, entre outros, sobre os índios Caiapós do Pará, os Mapuás do Chile e os de língua Aruaque localizados na Guiana Francesa, Simone seguiu rumo à reserva dos Sateré-Mawé. Em longas caminhadas, utilizando canoas ou sobrevoando a reserva num táxi-aéreo ela fez, sem lenço e sem medo, o levantamento dos danos materiais — mata derrubada, vegetais, caça, pesca.

— E dos danos morais, constantemente impetrados contra as sociedades indígenas — frisou ela. A organização dos dados colhidos e a redação de um relatório final e completo serão feitas até o final do ano, quando Simone voltar à França.